

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E SISTEMA AGRÍCOLA: O MANEJO DA DIVERSIDADE AGRÍCOLA NO MÉDIO RIO NEGRO AMAZONAS¹

Laure Emperaire – IRD

Lúcia van Velthem – MPEG-MCT

Ana Gita de Oliveira – IPHAN

Resumo

Pesquisas no Rio Negro, no contexto de uma população ameríndia multiétnica, sublinharam a importância desta região como centro de diversidade de plantas cultivadas. No entanto, esta diversidade não pode ser avaliada unicamente por seu valor agrícola. Ela se insere em vários domínios da vida produtiva e cultural, o que lhe outorga uma dimensão patrimonial. Propomos trabalhar sobre a noção mais abrangente de sistema agrícola, que interliga manejo do espaço, das plantas, bens materiais associados e sistema alimentar. Os conceitos que norteiam o registro dos bens culturais imateriais, conduzido pelo IPHAN-MinC, incluem manifestações diversificadas e abrem perspectivas para o registro de elementos mais vastos do patrimônio cultural brasileiro, como a inscrição de sistemas agrícolas, entre os quais o do Rio Negro, caracterizados por uma multitude de elementos interdependentes e não por um único objeto ou uma só manifestação representativa.

Palavras-Chave

Diversidade agrícola / Redes sociais / Cultura material

1. Introdução

Em julho de 2007, a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, a Acimrn, enviou ao Iphan uma demanda de registro do sistema agrícola desta região no Patrimônio Cultural Imaterial conforme os termos do decreto 3551/2000 (Iphan, 2000). Essa demanda resultava de da articulação com uma pesquisa interdisciplinar sobre a diversidade agrícola, e que associava ciências biológicas e ciências humanas². O fato da iniciativa ter Santa Isabel do Rio Negro, pequena cidade do médio Rio Negro, como ponto de partida, não implicava em restringir *a priori* o reconhecimento patrimonial deste sistema a esse único trecho do rio. Tratava-se da ancoragem inicial, institucional e espacial, de uma reflexão sobre as dinâmicas que afetam hoje a agricultura indígena e ameaçam sua integridade, em termos de patrimônio cultural e biológico, e sobre instrumentos legais suscetíveis de consolidá-la levando em conta suas diferentes dimensões.

Assim, entender “sistema agrícola” na perspectiva do patrimônio cultural significava dar conta das dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social, incluído-se aí, os múltiplos significados que vão se constituindo ao longo das vivências e experiências históricas, orientadoras dos processos de construção de identidades. Os saberes constitutivos dos sistemas agrícolas e as atividades que os caracterizam resultam de processos, constantemente re-elaborados, sendo o tempo presente apenas um momento em sua trajetória.

O registro do sistema agrícola como patrimônio cultural brasileiro, seu reconhecimento pelo Estado, entretanto, põe questões importantes referentes à implementação da política de salvaguarda desse patrimônio cultural. Nos pressupostos do decreto 3.551/2000, que institui o registro do patrimônio cultural imaterial, não está explicitada a noção de sistema que vincule

¹ “Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.”

² Pesquisa realizada no âmbito de dois programas: 1998-2000, programa “*Manejo tradicional da mandioca na Amazônia brasileira*” convênio CNPq-ISA – IRD, nº 91.0211 / 1997-3, financiamento BRG, CNPq e IRD; 2005-2009 programa PACTA, “*Populações locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos tradicionais Associados na Amazônia*”, convênio CNPq - Unicamp / IRD – UR 169, nº 492693 / 2004-8, com a participação da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), financiamento IRD, CNPq, ANR-Biodivalloc e BRG. Autorização 139, (DOU 04/04/2006): ‘*o acesso às informações disponibilizadas para as finalidades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico necessitam de obtenção de Anuência Prévia e de assinatura de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios junto às comunidades envolvidas e de autorização específica do CGEN*’. Participaram da pesquisa: Juventina Oliveira, Maria Oliveira, Jorgina da Silva, Nilza Rosende Lúcio, Edilene Lúcio, Maria Angélica Reis, Neuza da Silva Lúcio, Zulmira Oliveira, Isabel Silva de Espírito Santo; Debania Dias, Conceição Carvalho, Eduarda Murilo, Cleomar Dias Costa de Tapereira; Angelina da Silva Gervásio, Angelina Sousa Dias, Conceição Dias, Hilda Teixeira, Jurema Carvalho, Lucrécia Avelino de Santa Isabel.

o bem cultural a um conjunto mais complexo de relações e que o apresente como elemento organizador de contextos culturais específicos. Da mesma forma, as políticas de salvaguarda, as chamadas ações de apoio e fomento, estão voltadas a bens específicos e não aos sistemas culturais em que estão inseridos.

Ainda está inacabado o dossiê de registro do referido sistema agrícola. Ele inclui a descrição do patrimônio e a definição das chamadas ações de salvaguarda. No entanto, a construção do dossiê coloca de maneira bem clara a necessidade de uma melhor definição conceitual da abordagem sistêmica proposta e dos contornos temáticos e geográficos do sistema agrícola regional. No contexto do Rio Negro, entendemos por sistema agrícola, o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais. Em outros termos, trata-se do complexo de saberes, práticas e relações sociais que atua nas roças, ou mesmo na floresta, e vai até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos da vida social. Em outros contextos, elementos tais como festas ou ritos, lugares específicos, formas de comercialização, poderiam se tornar relevantes para explicitar a noção de sistema agrícola.

A expressão ‘sistema agrícola’ é de uso restrito nos estudos sobre agricultura. Esses distinguem dois níveis principais de análise: o do sistema de produção examinado na escala da unidade de produção, em geral uma unidade doméstica, e que abrange diferentes sub-sistemas em função da atividade praticada, criação, agricultura, extrativismo ... e o do sistema agrário que é uma modelagem teórica construída na escala regional na base da combinação dos diversos sistemas de produção aí existentes (Eloy, 2005 ; FAO, 1999 ; INCRA /FAO, s.d.). Assim, o uso da expressão ‘sistema agrícola’ se exime de um modelo de análise, centrado nos aspectos de capacidade produtiva embutidos nas outras expressões, e permite uma leitura múltipla do objeto em questão. Há duas outras particularizações de vocabulário a serem formuladas a respeito da noção de ‘diversidade agrícola’ (ou agrobiodiversidade) e de ‘plantas cultivadas’. Apesar da existência de definições mais abrangentes entendemos aqui a diversidade agrícola como o conjunto das espécies ou variedades cultivadas em um lugar. Essa formulação leva a definir o que entendemos por cultivo: são consideradas cultivadas as plantas que, mobilizando um conjunto de saberes e práticas, resultam de uma intencionalidade de presença num lugar, sem omitir que essa noção de cultivo se insere num gradiente que vai do espontâneo ao cultivado.

Atualmente, a maioria das ações de salvaguarda da diversidade agrícola se integra a formas de conservação construídas no recinto das ciências biológicas ou agronômicas e tendem a ser definidas em função de interesses supra-locais. Trata-se da conservação *ex situ* (em bancos de germoplasma mantidos em instituições de pesquisa agronômica), *in situ* (em condições que permitam a seleção natural e levem a um aumento da base genética da espécie considerada, em particular pela hibridação com espécies parentes silvestres) e *on farm* (tal como é manejada pelos agricultores, em condições onde pressões de seleção não controladas e voluntárias se combinam). Essas modalidades de conservação focalizam em geral uma espécie e não o conjunto das espécies cultivadas por um grupo cultural. Da mesma forma, a maioria dos estudos desenvolvidos nos últimos dez anos, que versa sobre as relações entre populações humanas e plantas cultivadas na Amazônia ou regiões periféricas, tem como alvo a principal espécie cultivada em termos da sua importância alimentar (mandioca, amendoim, Elias *et al.*, 2000 ; Emperaire *et al.*, 2003 ; Silva, 2002) ou cultural (pequi, guaraná, Coelho, 1991-92 ; Figueroa, 1997) – esses dois aspectos podendo se combinar - enquanto estudos mais antigos propunham uma análise mais abrangente das formas de gestão da diversidade biológica (Posey, 1985, Balée, 1989, 1994).

A FAO lançou em 2002 o programa Giahs ou *Globally Important Agricultural Heritage Systems* (Sistemas Engenhosos de Patrimônio Agrícola Mundial) que representou um avanço importante no reconhecimento das dimensões culturais das agriculturas locais e da diversidade agrícola a elas associadas. O reconhecimento das formas locais de agricultura enquanto patrimônio se fundamenta em vários critérios: a existência de um forte componente intangível, religioso, artístico ou cultural; uma inserção ímpar em uma paisagem social, cultural e ambiental; relações entre ambiente e sociedade, também marcadas por um caráter singular; um funcionamento fundamentado em um conjunto específico de conhecimentos tradicionais (os TEK, *traditional ecological knowledge*); e, por fim, a participação de instituições locais que promovam a equidade social, em particular nas relações de gênero (Ramakrishnan, s.d.). Esses critérios poderiam ser discutidos de maneira mais aprofundada para cada caso, mas forneceram de antemão um pano de fundo para o reconhecimento de cinco Giahs, considerados como projetos pilotos, no Perú, Chile, Filipinas, Argélia, Marrocos e Tunisia (Magreb), e na China. Na região amazônica, duas demandas foram formuladas, uma no Brasil a respeito das Terras Pretas Indígenas e a outra na França sobre a agricultura wayana na Guiana francesa (<http://www.fao.org/sd/giahs>).

Desde a publicação do decreto 3551, foram registrados no Brasil doze bens, que são reveladores de vários domínios da vida social, tais como as celebrações, os saberes e modos de fazer, as formas de expressão e os lugares (para outras definições ver <http://www.iphan.gov.br>). Dezesseis pedidos de registro estão em curso. A abordagem sistêmica é subjacente às diferentes demandas, sem no entanto ser explicitada como tal. Frente à multiplicidade de demandas ainda não formalizadas, e que se referem, pontualmente, ao reconhecimento como patrimônio cultural de, por exemplo, “pratos típicos” ou “receitas”, uma abordagem em termos de sistema agrícola focando mais sobre processos do que sobre produtos poderia ser aprofundada, uma vez que “[...] o “imaterial” não consiste em objetos mas sim na virtualidade de objetos, sua concepção, seu plano, o saber sobre eles. Conservar virtualidades, ou seja o imaterial, é conservar processos.” (Carneiro da Cunha, 2005). Uma tal abordagem permitiria limitar a atomização das demandas e insistiria sobre o caráter dinâmico dos processos, as atualizações e inovações em curso, bem como o seu caráter coletivo.

Nosso propósito é então mostrar como a diversidade agrícola, objeto geralmente alvo de formas de conservação e valorização que não consideram seus aspectos culturais, constitui, entre outros elementos do sistema agrícola do Rio Negro, a expressão de uma identidade cultural e se integra na noção de patrimônio cultural imaterial.

2. O médio Rio Negro

A região do alto Rio Negro forma uma grande área cultural, a da Amazônia do noroeste, onde ocorrem intensos intercâmbios culturais, materiais e sociais entre as diversas etnias que lá vivem (Hugh-Jones, 1979; Lasmar, 2005; Ribeiro, 1995). Vinte e três etnias pertencentes a três famílias linguísticas, tukano, arawak e maku vivem nessa região (Calbazar & Ricardo, 2002). Os estudos antropológicos sobre o médio Rio Negro (fig. 1), entre Barcelos e São Gabriel, são escassos e apontavam, em meados do século XX, para uma “importante aculturação e miscigenação das populações indígenas” (Galvão, 1960, Oliveira, 1975,). No entanto, estudos mais recentes mostram a afirmação de uma reivindicação identitária indígena, ocultada até recentemente pelas relações sócio-econômicas vigentes durante o período das práticas extrativistas (Pereira, 2007). Essa afirmação se materializa no fortalecimento de associações indígenas, na demanda de demarcação de Terras Indígenas e por outras mais como o registro do sistema agrícola no patrimônio imaterial.

No município de Santa Isabel, ou no médio Rio Negro, a maior parte da população é indígena, principalmente de origem baré, baniwa e tukano. As regras gerais de troca e de casamento permanecem orientadas por regras fundamentadas, no caso dos tukano, sobre a exogamia lingüística, patrilinearidade e virilocalidade. As línguas dominantes são o português e a língua geral.

A lógica do deslocamento das populações locais perdurou até os anos 1970-1980 com os padrões do extrativismo que arregimentavam os índios para a exploração dos produtos florestais mais a jusante até o Rio Branco. Observa-se hoje uma intensa mobilidade da população seguindo vários fluxos: famílias indígenas se deslocam do alto Rio Negro para reencontrar os parentes instalados à jusante há vários anos; no sentido contrário, famílias de piaçabeiros optam pela agricultura, e assim deixam as áreas do extrativismo no Rio Preto e se instalam na beira do Rio Negro, entre Barcelos e Santa Isabel; e ainda, há outro fluxo, centrípeto, com famílias que se deslocam para a cidade de Santa Isabel para que seus filhos possam estudar, ou que optam por uma multilocalidade³ construída entre a cidade e o sítio. A fração da população não-indígena é de origem variada : descendentes de comerciantes vindos no século XIX de Portugal ou da Espanha para a exploração de produtos florestais, missionários, garimpeiros e ainda indivíduos oriundos de diversas regiões que vieram em busca de novas oportunidades.

Em todos os casos, a região é marcada por uma extrema mobilidade, tendo o rio como eixo da comunicação regional, e por uma forte pluriatividade, que associa uma agricultura de queima e pousio centrada sobre a mandioca, um extrativismo residual (principalmente de cipó-titica e piaçaba), a pesca, a caça e a coleta de diversos produtos florestais. A paisagem é a de uma matriz florestal com pequenas comunidades de 5 a 20-30 casas e sítios, espalhados nas margens do rio ou nas ilhas. Os trabalhos foram desenvolvidas em duas comunidades do médio Rio Negro, Tapereira e Espírito Santo, e na cidade de Santa Isabel do Rio Negro de 7000 habitantes. O trabalho foi realizado de maneira exaustiva, nas comunidades, junto a 4 e a 8 famílias , respectivamente, e de maneira muito parcial junto a 5 famílias.

³ Sobre multilocalidade no Alto Rio Negro e agricultura, ver Eloy, 2005.

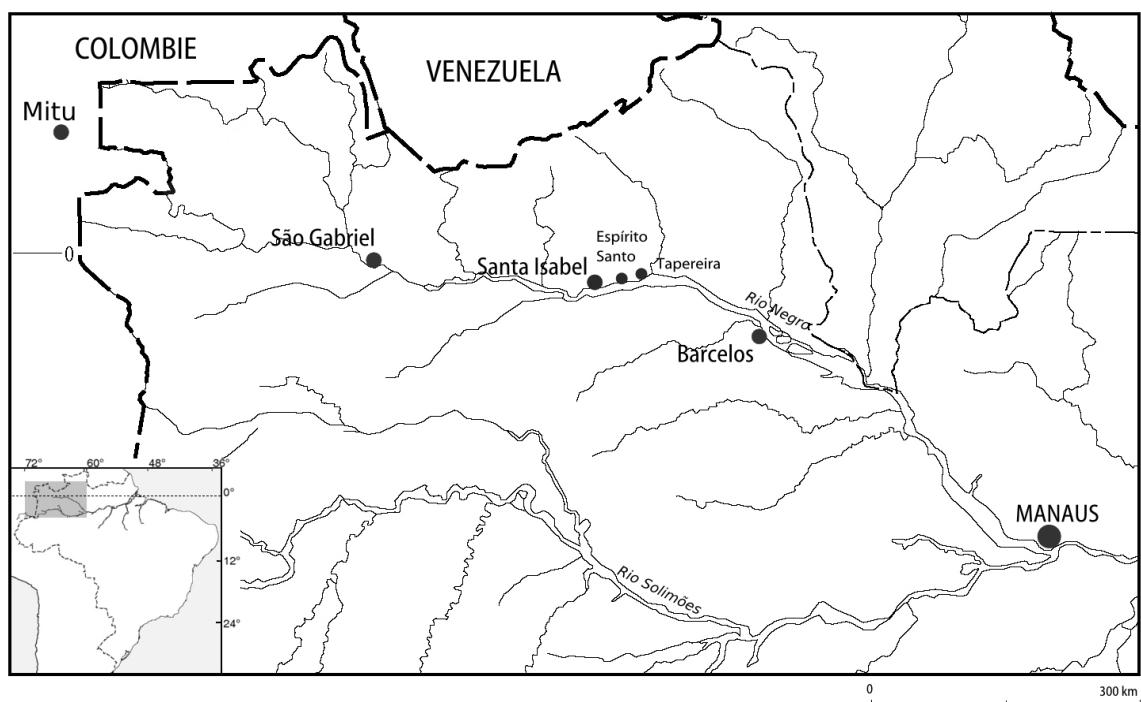


Fig 1 – A região do Rio Negro com as localidades de estudo

Com a finalidade de entender as lógicas culturais e técnicas, embutidas na gestão da diversidade agrícola, trabalhamos na escala das unidades domésticas e das comunidades. A língua de trabalho foi o português, levantando no entanto os nomes de plantas, objetos, técnicas, processos *etc.* em língua geral. Além da trajetória de cada família, foram levantados dados de campo relacionados aos espaços cultivados e suas formas de manejo, as plantas cultivadas e a história da cada uma (quem deu, de onde veio?). Assim construímos o arcabouço dos fatos elementares, sociais e bio-ecológicos, que levam à existência de uma certa diversidade agrícola num lugar. As redes de troca de plantas e os espaços geográficos nos quais elas operam mostrando foram analisadas e representadas com o software livre Pajek. Os levantamentos englobaram igualmente os espaços das casas de farinha e o inventário os objetos e artefatos empregados no processamento da mandioca. A ênfase dessa comunicação será, contudo, relativa aos espaços e às plantas cultivadas.

3. A diversidade agrícola e seu manejo

Foram levantadas 243 espécies cultivadas e 73 variedades de mandioca, o que representa um riquíssimo acervo agrícola, nos três sítios de estudo. Cada família cultiva entre 17 e 97

espécies diferentes e de 6 a 20 variedades de mandioca. Na maior parte dos casos, uma alta diversidade resulta de uma antiga presença no lugar. Além da diversidade associada à mandioca, se identificou uma alta diversidade de pimentas, abacaxis, inhames e bananas, o que confirma a importância regional do Rio Negro em termos de conservação de uma diversidade agrícola. Os dados sobre as mandiocas, os abacaxis e as pimentas corroboram os de Clement (1999) que considera a região um foco de diversificação agrícola.

Diversidade e mandioca

Deste primeiro dado emerge não só a amplitude absoluta da diversidade, mas a importância da noção mesmo de diversidade, característica inerente ao sistema agrícola local. Ter um amplo leque de variedades de mandioca e uma alta diversidade de outras plantas, é motivo de orgulho para a agricultora, principal detentora dos conhecimentos sobre a diversidade agrícola e sua gestora. A mandioca pode ser considerada como a espécie estruturante do sistema no sentido de *cultural keystone species* (Garibaldi & Turner, 2004) o que já tinha sido amplamente apontado por autores como Galvão (1960). A mandioca concentra a maior diversidade, e se estende sobre a maior parte dos espaços cultivados. Ademais está na base da alimentação e sua detoxificação⁴, requer diferentes e laboriosos artefatos, e esse tubérculo ocupa um espaço de destaque nos relatos míticos. A sua dimensão essencial reside, entretanto, no fato que é objeto de interesse e de atenção constante por parte das agricultoras. Há muitos elementos, já analisados, numa extensa bibliografia cuja menção não cabe aqui, que confirmam o papel central da mandioca. No entanto, se a espécie *Manihot esculenta* é central, é mediante conceitos subjacentes ao manejo da diversidade agrícola que essa centralidade se expressa. A noção de diversidade é o primeiro desses conceitos.

O nome e a coleção

Entre os atributos culturais desta diversidade, os nomes, são elementos constitutivos da identidade das mandiocas e, em menor grau de outras espécies como as pimentas ou os abacaxis. No caso das mandiocas, os nomes se aplicam principalmente à parte aérea da planta, a maniva (termo que designa também a estaca que servirá à multiplicação do pé de mandioca). A palavra mandioca (s.s.)⁵ é reservada ao tubérculo. Esta diferenciação aponta

⁴ Trata-se na sua quase totalidade de mandiocas amargas de elevado teor em precursores do ácido cianídrico. Há algumas variedades de macaxeira, porém essas parecem ser de introdução mais recente e não são consideradas como sendo da categoria das mandiocas bravas.

⁵ Estes dois níveis de percepção da diversidade se espelham nas duas etapas de aprendizagem do saber agrícola pelas meninas. Com uns três quatro anos começam a raspar tubérculos (mandiocas) para o

para dois níveis de percepção da diversidade, um riquíssimo, associado à parte aérea da mandioca, outro, bastante pobre, escondido na terra, ligado ao tubérculo e que será valorizado somente no âmbito culinário. É a maniva que concentra a noção de diversidade.

O nome é um atributo intrínseco da variedade. Ele reflete uma identidade, uma história e uma filiação. Pelo nome, se diferenciam variedades introduzidas e variedades consideradas como locais, ou patrimoniais (Emperaire, 2005). Mesmo introduzida, uma maniva guarda seu nome inicial. Esse, com frequência, apela para critérios descritivos (baixinhas, vermelhas, de seis meses, brancas, ...) ou para sua origem geográfica (do Solimões, do Pará, dos Brancos, ...). O papel do nome como indicador forte de uma filiação é demonstrado, ao contrário, pelo nome dado às manivas nascidas, não de estaca (que dão, salvo mutação, pés filhos idênticos), mas de sementes⁶, porquanto apresentam novos morfotipos⁷. O fenômeno é bem conhecido das agricultoras e as novas mandiocas, reconhecíveis por germinarem na terra recém queimada, logo após a passagem do fogo (fotos 1 e 2) são chamadas de ‘sem nome’, ‘sem pai’, ‘achada’ ou ainda ‘semente’, ressaltando assim esta ausência de filiação. Trata-se de uma denominação relativamente transitória, já que o novo pé poderá ser descartado se não convém à agricultora, ou ser incorporado no estoque de manivas já existente, recebendo o nome de uma variedade morfológicamente próxima ou, eventualmente, um novo nome.

As manivas consideradas como locais recebem em geral nomes de palmeiras, peixes, outras plantas cultivadas ou de animais. A aplicação de tal ou tal denominação é justificada pela agricultora na base de argumentos morfológicos (mandioca pequena como a fruta do inajá, forma de tal peixe, sobressai como um casco de jabuti, ...) mas, além destas analogias, aflora um segundo referencial: o de um conjunto de elementos da biodiversidade, em geral de forte conotação positiva. Há assim um universo virtual de diversidade biológica que é recriado a partir dos nomes de manivas no espaço de trabalho da mulher. Além do instrumento mnemônico que essas apelações criam, apontando para objetos bem delimitados, esta lógica de denominação pode também ser interpretada como a recriação no espaço da roça de um ambiente biodiverso onde a mulher expressa seu conhecimento acurado da diversidade

preparo da farinha e uns oito anos continuam sua aprendizagem no roça ajudando a capinar junto à mãe e aprendendo sobre o mundo mais complexo das manivas.

⁶ A espécie *Manihot esculenta* apesar de ser multiplicada por estaca não perdeu a capacidade de produzir flores e sementes. Essas caem na terra a maturidade e ficam em dormância vários anos na capoeira até a queima do que será a nova roça.

⁷ Um morfotipo constitui um modelo, ou um protótipo, de um grupo de fenótipos que, por sua vez, resultam da expressão do genótipo (ou material genético).

vegetal que a rodeia e construiria assim um paralelo ao universo florestal, mais familiar ao homem.

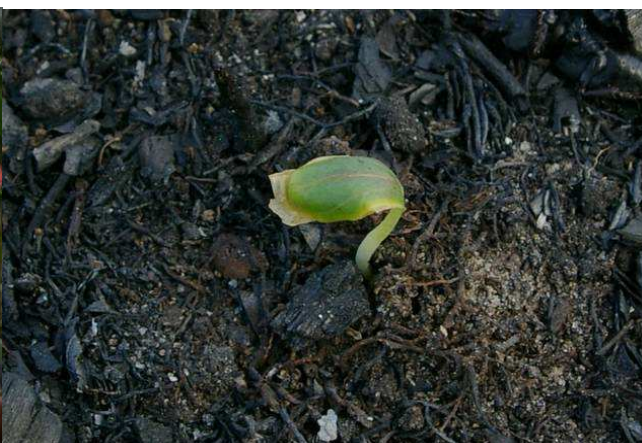


Foto 1 – Germinação de mandioca numa roça recentemente queimada (Espírito Santo, Rio Negro, AM, outubro 2007).

Foto 2 – Pedacos de manivas em um cesto cargueiro prontas para serem plantadas em uma nova roça (Espírito Santo, Rio Negro, AM, outubro 2007).

O sistema de denominação aponta para uma dimensão global da percepção da diversidade, particularmente evidente no caso das mandiocas (*s.l.*). A unidade reconhecida e manejada pelas agricultoras não é composta de variedades consideradas isoladamente, mas forma um conjunto global, portador de significado: a coleção.

As plantas como sujeitos

Um terceiro elemento a ser destacado nesta breve análise da diversidade é a sociabilidade que permeia as relações entre as plantas da roça, entre as plantas e a agricultora e entre as próprias agricultoras, tendo as plantas como objetos de mediação. As plantas da roça constituem um conjunto não somente produtivo, mas também estruturado em termos sociais. A estrutura hierarquizada da sociedade tukano se reencontra na sociedade das manivas onde irmãos maiores e irmãos menores são diferenciados, os segundos devendo cuidar do bem estar dos primeiros. Esta noção de bem-estar é um elemento forte das relações entre a agricultora e as plantas: “as manivas não podem passar sede”, “devem estar alegres, bem penteadas”, “fazem festas”, “elas são criadas” são algumas das expressões levantadas no discurso das

agricultoras a respeito do trato que se deve às plantas cultivadas (Foto 3). Um outro grupo de plantas, as ‘mães de roça’, colocadas em geral no centro da roça, acumula vários papéis no âmbito da roça. Elas afastam presenças indesejáveis, cuidam da produção e da boa saúde das manivas e até, chamam as manivas para a festa. A diversidade agrícola é considerada como um bem coletivo, cuja manutenção se insere num *ethos* de relações com outros seres, revelando uma intensa socialização.



Foto 3 – As manivas são fincadas na terra, esperando o próximo plantio (Espírito Santo, Rio Negro, AM, outubro 2007).

As práticas produtivas se refletem nessas normas. Uma vez os tubérculos arrancados, as manivas, o potencial reprodutivo da roça, não podem ser queimadas ou abandonadas. Elas são fincadas na terra, encostadas num tronco queimado; uma roça não pode ser abandonada sem dar um fim ‘decente’ a seu capital produtivo (os tubérculos) ou reprodutivo (as manivas).

A circulação de um bem coletivo

Um quarto tema a destacar é o da circulação das plantas que opera na escala local e regional. Realizada na escala local, seu funcionamento resulta da lógica da agricultura de queima e pousio que requer a transferência anual das mudas, estacas ou manivas para a nova roça. Na escala regional, ela se fundamenta em redes extremamente dinâmicas de

intercâmbios entre agricultoras. Um elemento importante a notar é que a memória dessas trocas, a origem das plantas cultivadas, permanece viva através de duas, às vezes três, gerações de agricultoras.

A rede de circulação própria a cada agricultora se integra em um fluxo generalizado de recursos genéticos não apropriados individualmente, mas cuja circulação, além de se apoiar em um *ethos* coletivo de solidariedade e de conservação de um patrimônio, garante uma certa segurança alimentar e uma conservação multifocal destes recursos. Cada agricultora mobiliza uma rede que comporta uma dezena ou mais de 50 doadores, principalmente mulheres, configurando assim um sistema cuja dimensão individual é marcada (fig. 2). As redes mais extensas são as das moradoras mais antigas e uma diversidade importante pode ser interpretada como o marco de uma sociabilidade intensa. Essas trocas se fundamentam sobre laços de parentesco, por consangüinidade ou aliança, relações de vizinhança ou outras relações (patrões, compadrio, comerciantes, ...) e se constroem diferentemente segundo o grupo de plantas consideradas.

As plantas - seus nomes, suas características e sua história - circulam num espaço regional estruturado pelo rio com pontos extremos, ao oeste, Mitu na Colômbia e ao leste Manaus (fig. 1). Algumas espécies levantadas em Santa Isabel são procedentes de São Paulo ou de Minas Gerais, mas são exceções. De cima, do alto Rio Negro, vêm variedades de mandioca ou plantas medicinais; mesmo que esses fluxos não sejam muito importantes em termos quantitativos (em torno de 3 % do total dos fluxos), eles aportam plantas oriundas de nichos culturais bem específicos enquanto os fluxos vindos da região de Manaus aportam mais plantas ornamentais ou curiosidades botânicas como fruteiras exóticas. Porém, a maioria das trocas se realizam no âmbito do lugarejo ou das comunidades próximas.

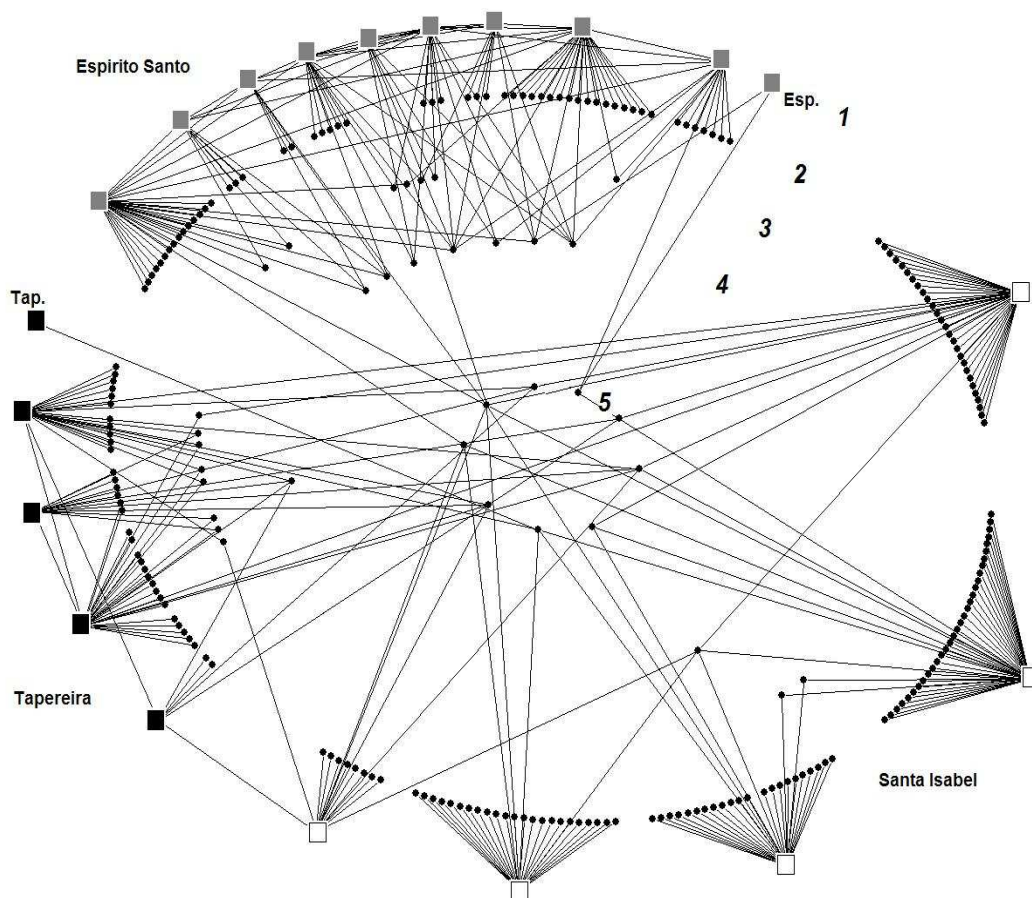


Fig 2 – Redes de circulação de plantas das 18 agricultoras e origem das plantas próprias das comunidades de Tapereira (Tap.) e de Espírito Santo (Esp.).

De fora para dentro: (1) Egos ou agricultoras informantes, (2) doadores próprios a cada agricultora, (3) doadores compartilhados por duas agricultoras de uma mesma localidade de estudo, (4) doadores compartilhados por mais de duas agricultoras de uma mesma localidade, (5) doadores compartilhados por agricultoras de localidades diferentes (em geral, padrões, assistência técnica agrícola, missão, ...).

4. Em conclusão

O ponto inicial de nossa reflexão sobre o futuro do sistema agrícola regional foi identificar instrumentos legais que garantissem a proteção das espécies e variedades manejadas pelas populações indígenas do Rio Negro contra apropriações indevidas e que permitissem uma valorização e um reconhecimento do papel destes agricultores. No decorrer desta pesquisa, ficou claro que a noção local de variedade não era compatível com a noção legal de variedade. Da mesma forma, instrumentos como as indicações geográficas eram inoperantes para

produções ainda de pouca visibilidade no mercado nacional ou mesmo amazonense. Por outro lado, ficou também patente que a diversidade agrícola local não podia ser reduzida a um conjunto de variedades, mas que era portadora de um significado cultural forte, estreitamente articulado com outros domínios da vida material e cultural local. Passamos assim de uma problemática de conservação aplicada a recursos biológicos a uma problemática de conservação de um patrimônio. A abordagem por conceitos, ainda incipiente, nos parece válida para evidenciar gradientes e focos e para pensar as transformações destes sistemas em várias escalas, de local a regional, numa perspectiva quase topológica, e não apenas em termos de limites, sejam temáticos ou geográficos.

5. Bibliografia citada

- Balée, W., & A. Gély. 1989. Managed forest succession in Amazonie: the Ka'apor case. *Advances in Economic Botany* 7:129-158.
- Balée, W. 1994. *Footprints of the forest. Ka'apor Ethnobotany - the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people* Columbia University Press, New York.
- Calbazar, A. & A. Ricardo (eds.). 2002. *Povos indígenas do alto e médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira*, São Paulo /São Gabriel da Cachoeira: ISA/FOIRN.
- Carneiro da Cunha, M. 2005. Introdução. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 32:15-27.
- Clement C.R. 1999. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources.I. The relation between domestication and population decline. *Economic Botany*, 53: 188-202.
- Coelho, V.P. 1991-1992. A festa do pequi e o zunidor entre os índios Waurá. *Schweizerische Amerikanisten-Gesellschaft-Bull.* 55-56.
- Elias, M., L. Rival, & D. McKey. 2000. Perception and management of cassava (*Manihot esculenta* Crantz) diversity among Makushi Amerindians of Guyana (South America). *Journal of Ethnobiology* 20:239-265.
- Eloy, L. 2005. *Entre ville et forêt : le futur de l'agriculture amérindienne en question - Transformations agraires en périphérie de São Gabriel da Cachoeira, Nord-ouest amazonien, Brésil*. Doctorat de géographie, Université de Paris 3, Paris.

- Emperaire, L. 2005. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 32: 23-35.
- Emperaire L., F. Pinton. & G. Second. 1998. Gestion dynamique de la diversité variétale du manioc (*Manihot esculenta*) en Amazonie du Nord-Ouest. *Natures, Sciences et Sociétés*, 6: 27-42.
- Emperaire, L., G.S. Mühlen, M. Fleury, T. Robert, D. Mckey, B. Pujol, & M. Elias. 2003. Approche comparative de la diversité génétique et de la diversité morphologique des maniocs en Amazonie (Brésil et Guyanes). *Les Actes du BRG*, 4:247-267.
- FAO. <http://www.fao.org/sd/giahs>
- FAO. 1999. *Guidelines for agrarian systems diagnosis* FAO, Rome.
- Figueroa, A.L.G. 1997. *Guerriers de l'écriture et commerçants du monde enchanté : histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie centrale, Brésil)*. Doctorat en Sciences Sociales, Ehes, Paris.
- Galvão, E. 1960. *Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil* Paz e Terra, São Paulo.
- Garibaldi, A., & N.J. Turner. 2004. Cultural keystone species: implications for ecological conservation and restoration. *Ecology and Society* 93:1-18.
- Hugh-Jones, S. 1979. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia*, Cambridge University Press, Cambridge.
- IPHAN. <http://www.iphan.gov.br>
- IPHAN. 2000. *O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura, Brasília.
- Lasmar, C., 2005. *De volta à Lagoa do Leite, gênero e transformação em São Gabriel da Cachoeira (alto Rio Negro)*, São Paulo, Rio de Janeiro: UNESP, ISA, NUTI.
- Mollard E. & Walter A. (éd.), *Les agricultures singulières du monde*. Paris, IRD (no prelo).
- Oliveira, A.E.de. 1975. São João - povoado do Rio Negro, 1972. *Bol. Mus. E. Goeldi*, Nov. sér., Antrop. 58: 56 p.
- Pajek <http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/pajek/>
- Pereira, R.N.R. 2007. *Comunidade Canafé: História indígena e etnogênese no médio Rio Negro*. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

- Posey, D.A. 1985. Indigenous management of tropical forest ecosystems: The case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. *Agroforestry Systems* 3: 139-158.
- Prado Garcia Filho, D., s.d. *Análise diagnóstico de sistemas agrários*, INCRA/FAO, Rome.
- Ramakrishnan, P.S. *Globally Important Ingenious Agricultural Heritage Systems (GIAHS): An Eco-Cultural Landscape Perspective* [Online]. Available by FAO <http://www.fao.org> (verified 31/05/2006).
- Ribeiro, B. G. 1995. *Os Índios das águas pretas*, São Paulo: EDUSP/Companhia das Letras, São Paulo.
- Silva, G.M. 2002. Uso e conservação da agrobiodiversidade pelos índios Kaiabi do Xingu, p. 175-188, In N. Bensusan, ed. *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê*. ISA - UnB, São Paulo, Brasília.